



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Defesa do Consumidor  
para os devidos fins.

Em 07/06/2022

Chacrys

Conceição de Maria Lopes Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Suero

Eubelino

para relatar.

Em 08/06/22

CMR

Presidente da Comissão de Defesa do  
Consumidor e Meio Ambiente

# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

## COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E MEIO AMBIENTE

### PARECER

PROJETO DE LEI Nº 88/2022 que:

“Institui, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Prevenção e combate a furtos e roubos de cabos, fios metálicos, fibras ópticas, geradores, baterias, transformadores, equipamentos de transmissão, placas metálicas, e dá outras providências.”

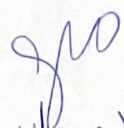
AUTOR(A): DEP. TERESA BRITTO

RELATOR: DEP. SEVERO EULÁLIO

### I – RELATÓRIO

A presente proposição, de autoria da Deputada Estadual Teresa Britto tem como finalidade de instituir, no âmbito do Estado do Piauí, a Política Estadual de Prevenção e combate a furtos e roubos de cabos, fios metálicos, fibras ópticas, geradores, baterias, transformadores, equipamentos de transmissão, placas metálicas, para estabelecer as normas de funcionamento para as empresas que atuam na comercialização e reciclagem de material metálico em geral, abrangendo a prevenção e o combate aos receptores de produtos obtidos de forma ilícita.

Verifica-se que esse projeto de lei tramitou inicialmente pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ desta augusta Casa, recebendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade, chegando a esta Comissão para exame e parecer.

  
Jacilene Chaves  
Sec. Comissão de Meio Ambiente





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

### II – FUNDAMENTAÇÃO

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos artigos 59 a 63, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

De início, reitero que a proposição sob exame foi aprovada pela CCJ, onde, ao final, restou demonstrada a sua constitucionalidade e legalidade.

A iniciativa visa combater enormes prejuízos a empresas concessionárias de serviços públicos, e, conseqüentemente ao consumidor, pois os custos da mão de obra e do material para o reparo acabam sendo repassados para os consumidores, que são os maiores prejudicados.

A medida trará benefícios ao consumidor e ao comércio, pois sabemos o quanto essa prática criminosa prejudica ambas as partes, pois o comércio tem enorme prejuízo com essa prática e a mão de obra e do material para o reparo acabam sendo também repassados para os consumidores.

Portanto, os requisitos exigidos para a aprovação na presente Comissão restam cumpridos, vez que atendentes às disposições constitucionais e legais existentes que regulam o tema, merecendo prosperar.

São estas as razões pelas quais este Relator entende pela **aprovação** deste Projeto de Lei.

### III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria.

( ) pela aprovação

( ) pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 29 de junho de 2022

DEP. SEVERO EULÁLIO  
Relator

APROVADO À UNANIMIDADE EM, 12 / 7 / 22
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE: Meio Ambiente Defesa do Consumidor